

# Aperto monetário causou a recessão, afirma Diniz

Da sucursal e do serviço local

ESTADO DE SÃO PAULO

"A economia brasileira poderia ter crescido 3 a 4%, este ano, se o governo tivesse adotado um menor aperto monetário, que não levasse a uma recessão econômica, provocando a descapitalização das empresas e o desemprego", afirmou ontem, em Salvador, o diretor do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, que proferiu palestra para empresários baianos, em almoço oferecido pela Câmara Americana de Comércio local.

Diniz considerou difícil diagnosticar se já está ocorrendo uma reativação econômica ou somente um reaquecimento sazonal. "O que importa, no momento, é avaliar se poderíamos conseguir os mesmos resultados econômicos já alcançados com menos sacrifícios para o País", acrescentou. Para o empresário, quando foi anunciada a atual política econômica, no final do ano passado, a credibilidade externa simplesmente teria garantido um bom fluxo de recursos externos. Contudo, ele acredita que essa política surtiu efeitos positivos, como o equilíbrio do balanço de pagamentos.

"Mas o Brasil está pagando muito pelos bons resultados econômicos alcançados", salientou, Diniz, referindo-se, principalmente, ao problema do desemprego na região Centro-Sul.

Para o próximo ano, o diretor do grupo Pão de Açúcar previu que o País poderá, tranquilamente, obter um crescimento de 3 a 4% do PIB, sem necessidade de mudanças na política econômica, bastando somente "fazer alguns ajustes na economia como diminuição das taxas de juros — que estão 50 pontos acima da inflação —; menor rigor no controle monetário; ampliação do limite de crédito; redução dos subsídios, e maior estímulo aos investimentos públicos e privados".

Em relação à política salarial, Abílio Diniz sugeriu só algumas mudanças, como a da forma de cálculo para reajuste e a regulamentação do índice de produtividade. Em sua opinião, a lei salarial tem algumas imperfeições, "mas não é fator de desemprego". O empresário disse, também, ser totalmente contrário à renegociação da dívida externa, "pois não existe necessidade e isso seria traumatizante para o País".

## PONTO CRÍTICO

A política econômica também foi analisada ontem, em São Paulo, pelo presidente em exercício da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, ao dirigir os trabalhos da reunião plenária da entidade.

Após enumerar os resultados positivos obtidos no ano — superávit da balança comercial, redução da inflação e do INPC, fechamento do balanço de pagamentos —, Trussardi afirmou que eles tiveram "um preço bastante elevado para o setor privado, na forma de



Arquivo

"Política teve efeito positivo"

queda acentuada das vendas e da produção industrial e, em consequência, do nível de emprego".

O problema do emprego, aliás, foi considerado por ele o ponto crítico da atual situação econômica, devendo ser classificado "no mesmo nível das demais prioridades básicas da política econômica". E, para Trussardi, o aumento do nível de emprego deve ser buscado por meio do próprio setor privado "e não de programas governamentais". Para isso, recomendou que o governo contenha os investimentos e os dispêndios do setor público, especialmente das empresas estatais, "com o que se poderia desafogar o setor privado e permitir maior absorção de emprego, sem prejuízo de um redirecionamento dos gastos públicos em favor de projetos que contribuam para maior geração de empregos".

O presidente da ACSP recomendou, ainda, a redução das taxas de juros, para que a empresa privada possa contribuir para elevar o nível de emprego, estímulo à construção civil, e manutenção dos incentivos às exportações. Nessas condições, afirmou, o desemprego poderia ser reduzido e a economia reaquecida de forma "responsável".

## "SÓ VENDO"

O secretário Affonso Celso Pastore, da Fazenda, disse ontem, em São Paulo, que só "vendo os dados da Federação das Indústrias poderá acreditar em uma queda de 14% no nível da atividade industrial no Estado de São Paulo". Em sua opinião, para que a setor secundário da economia tivesse apresentado um desempenho tão negativo em setembro, seria necessário que "coisa muito pior do que está acontecendo agora tivesse ocorrido. Aí, sim, a situação estaria complicada".

O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo afirmou que, realmente, o governo federal acredita que a economia brasileira não poderá suportar maior desaquecimento, sem graves consequências.